

CARREIRA

SOLDADAS DA PAZ

» PRISCILA CRISPI

Renata Netto estava há meses longe de casa e da família quando uma onda de violência atingiu o campo de refugiados mantido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Sudão do Sul, que abriga quase 50 mil pessoas. Um desentendimento entre os grupos internos resultou no sequestro de 70 crianças e 30 mulheres. Os negociantes conseguiram autorização para liberar os reféns, mas a polícia da ONU não tinha mulheres suficientes no contingente para entrar no campo e retirá-los em segurança para outra área. Foi então que a militar brasileira se voluntariou para a missão.

“A gente conseguiu resgatar essas mulheres e crianças e foi um momento que eu nunca vou esquecer. Algumas mulheres não tinham conseguido pegar seus filhos dentro do campo, porque eles estavam em outras áreas, por isso, elas estavam desesperadas. Enquanto nos movimentávamos nos arrastando pelo chão, a gente escutava os tiros pelo ar. Mas conseguimos reuni-los sem que sofressem nenhum mal”, relembra.

Sua atuação no país africano lhe rendeu a indicação ao prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero das Nações Unidas 2023. É a primeira vez que uma profissional do Exército concorre ao prêmio, um reconhecimento da dedicação e do esforço de soldados em missões de paz sob a égide da ONU. O resultado deve ser divulgado em 29 de maio, na sede das Nações Unidas, em

comemoração ao Dia do Peacekeeper (Soldado da Paz).

A tenente-coronel, de 51 anos, é dentista de formação e entrou para a carreira militar para atuar na área da saúde, o que fez por anos em territórios como a Amazônia brasileira, mas, desde 2017, se preparava para ingressar em missões de paz. Foram diversos cursos de línguas, sobre questões de gênero, direitos humanos e situações de conflito, além de preparo militar para encarar um país em guerra. Em fevereiro de 2023, o sonho se tornou realidade: Renata pisou em campo, pela primeira vez, como observadora militar no Sudão do Sul.

Ali, morou em um container, viveu momentos de terror quando a base onde servia foi invadida por rebeldes, encarou autoridades que duvidavam de sua capacidade por ser mulher, dormiu de capacete e colete diversas noites, sofreu pela saudade das duas filhas adolescentes que deixou no Brasil, assistiu à morte de civis sem poder impedi-las; entregou, segundo ela, o melhor de si no chão de um país assolado por uma guerra civil que causou a maior crise de deslocamento forçado do mundo.

“Os manuais da ONU dizem que nós, observadores militares, somos os olhos e ouvidos da organização no terreno. A gente está lá, desarmado, como uma mostra de boa-fé, de que você não está oferecendo risco nenhum àquela população. Nosso trabalho principal é fazer visitas às comunidades e verificar se algum direito humano está sendo violado naquela área e reportar isso para o escritório das

Nações Unidas, lá em Nova York. Mas eu tentei ser mais do que isso, quis oferecer também uma mão solidária, tentei olhar com o coração, ver o que eu podia fazer para além do que estava escrito, especialmente na proteção de mulheres, e acho que por isso fui indicada ao prêmio”, diz Renata.

Em sua visão, a atuação de mulheres em zonas de conflito é mais que uma medida de equidade de gênero em efetivos militares, é uma estratégia para a promoção da paz.

“É muito mais fácil que mulheres consigam uma aproximação com a população local do que homens, especialmente na mitigação de casos de violação sexual. Primeiro, porque a mulher não oferece risco, principalmente, em comunidades patriarcais, que somos vistas como frágeis. Mas também porque as outras mulheres te veem como um modelo de autonomia e uma figura confiável. Então, é uma maneira de também de dar voz às mulheres”, pontua.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

